



GÊNERO E IDENTIDADE - UM ESTUDO DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA MR8

Eladir Fátima Nascimento dos Santos¹

O verdadeiro feminismo não consiste em isolar a mulher da luta geral. Consiste em colocar as mulheres em movimento na luta por seus direitos e em ganhar para sua defesa o conjunto do movimento popular. As mulheres não defenderão melhor suas bandeiras específicas refugiando-se em guetos à margem das lutas de seu tempo, mas unindo-se aos combates do nosso povo. O “autonomismo” representa um esmagamento da perspectiva da luta das amplas massas de mulheres, pois implica que o feminismo necessita isolar-se – e não fundir-se – com o movimento social para existir.²

O trecho acima apresenta o principal motivo das divergências e disputas travadas entre o movimento feminista e os partidos da esquerda revolucionária, no Brasil dos anos 1980. De um lado encontramos as feministas entendendo as questões da dominação e discriminação da mulher como objeto de luta específica com vistas à valorização da categoria da feminilidade como uma condição que unia naturalmente todas as mulheres. De outro lado, encontramos os partidos da esquerda que consideravam a situação das mulheres como resultantes da estrutura da sociedade capitalista, portanto resultante de fatores historicamente construídos. No entendimento dessas organizações, a superação da inferiorização da mulher só seria possível na luta geral da classe trabalhadora por uma sociedade socialista.

Neste trabalho procuro apresentar algumas reflexões sobre as questões relativas à memória da participação das mulheres militantes da organização política Movimento Revolucionário 8 de Outubro – MR8 – nos movimentos sociais nos anos 1980. A partir dos documentos escritos pela organização e do conteúdo de narrativas que nos têm sido oferecidas, apresento algumas inferências iniciais sobre as concepções do MR8 relacionadas à representação das mulheres e às suas atuações no movimento feminino.

Estudar os anos 1980 no Brasil é deparar-se com uma grande efervescência dos movimentos sociais. A ditadura civil-militar, instalada no país desde 1964, chegava aos seus momentos finais vivendo muitos conflitos internos. A sociedade disputava nas ruas todos os espaços que levavam a um, cada vez maior, isolamento do regime imposto. A anistia fora conquistada após intensa campanha, as entidades estudantis foram reabertas, o movimento sindical se revigorava. Junto com esses movimentos sociais mais tradicionais no campo político - o sindical, o estudantil e o de

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. E-mail: eladirsantos@uol.com.br

² MR8. *Resoluções do ativo sobre o trabalho entre as mulheres - A Mulher e a Revolução Brasileira*. 1ª. edição. São Paulo: Editora Quilombo, 1981, p. 25..



moradores que reivindicavam o direito à cidade - observamos o surgimento no cenário nacional, a partir de influências recebidas do cenário internacional, os chamados novos movimentos sociais ou seja os movimentos da diferença, entre eles, num primeiro momento, o movimento feminino e movimento negro.

Os partidos comunistas e as organizações revolucionárias que haviam se criado a partir das dissidências desses partidos tiveram um papel fundamental na construção do novo cenário que se estabeleceu como resultado de um intenso processo de resistência e luta travadas ao longo dos anos 1970. Desenvolvendo uma série de estratégias e táticas diversas que iam da guerra revolucionária até a proposta de formação de frentes populares, a esquerda revolucionária lograva êxito para a superação da ditadura e conseqüente retorno da democracia a partir de meados dos anos 1980. Portando análises de conjuntura e estratégias as mais diversas, empenharam-se nas lutas dos movimentos sociais. Elas buscavam uma via não-clandestina de luta política e uma maior inserção na sociedade colocando-se como uma nova alternativa de poder constituído.

As atuações das organizações da esquerda revolucionária nos movimentos sociais dos anos 1980 envolveram uma série de conflitos vindos desde a década anterior, resultantes das táticas preconizadas por essas organizações para a revolução brasileira. Umas consideravam a necessidade de uma etapa democrática e burguesa ou democrática e nacional outras acreditavam na possibilidade de uma imediata revolução socialista no país. No bojo dessas divergências davam-se as dificuldades surgidas diante da abordagem política das questões das chamadas “minorias”, entre elas o movimento feminino. As militantes das organizações da esquerda viam-se em meio a necessidade de afirmar a especificidade da luta feminista e a articulação da mesma com a luta mais geral da sociedade brasileira contra o regime.

Feminismo, identidade e política

Em todo o mundo, o movimento feminino vinha, desde a década de 1960, sendo inovador em termos de reivindicações e propostas políticas. As mulheres buscavam unir o público e o privado trazendo para o âmbito do político as emoções, os sentimentos e as relações familiares que antes eram entendidas somente como questões pessoais. As primeiras mulheres militantes do movimento feminista presumiam a existência de uma identidade definida, compreendida pela categoria de mulheres que deflagava interesses específicos. Elas almejavam também uma representação do feminino no campo da política geral. Buscavam a visibilidade e legitimidade como sujeitos políticos em uma sociedade em que eram culturalmente oprimidas e mal representadas.



Demandavam, através da ação coletiva, por procedimentos políticos e reconhecimento da diferença na esfera pública.

A autora americana Judith Butler, observa que o “feminismo”, no campo teórico partia do pressuposto da existência de uma região do “especificamente feminino” reconhecível em uma universalidade presumida das mulheres. Verifica que o reconhecimento do feminino dava-se em uma visão descontextualizada, analítica e politicamente separada da constituição de classe, raça, etnia e outros eixos de relações de poder, os quais tanto constituem a identidade como tornam equívocada a noção singular de identidade.³ No campo do movimento político, nos anos 1980, embora já atentando-se para a complexidade da questão identitária, ainda se instauravam algumas tensões advindas desse pressuposto. Havia várias interpretações para o feminismo mas já se tinha clara a questão de que a condição de ser mulher não essencializava a questão de gênero como categoria identitária. Abandonava-se a crença inicial de uma possível identidade única entre as mulheres e passava-se compreender no feminino a existência de múltiplas identidades.⁴

O cientista Social Sérgio Silva em *Sociedade da Diferença* observa que

A dinâmica da presença de outras variáveis adicionadas à condição ontológica “mulher”, como a condição de ser negra, de ser da classe média ou de não ter classe e estar abaixo da linha da miséria, ser mãe de família ou mãe solteira, religiosa, celibatária, prostituta, etc., conduz à politização da construção dessa formação identitária de gênero. Não há uma essência *a priori*, ou seja, uma substância que constitua a natureza mulher, pois a própria noção de gênero já identifica o caráter político dessa construção simbólico-discursiva no que toca ao reconhecimento das constituições das diferenças.⁵

A questão identitária suscitou uma série de debates e conflitos quando sob uma forte influência do feminismo francês, exiladas políticas, mulheres de classe média, retornaram ao país após a anistia, em 1979. Para cá trouxeram a linguagem e as ideias da proposta política do movimento feminista francês. Linguagem e ideias ligadas à busca de legitimação de interesses específicos das mulheres. Neste aspecto têm lugar as chamadas “políticas do corpo” com reivindicações em favor dos direitos de reprodução com questões relacionadas ao aborto, ao prazer e à contracepção. Essas mulheres passaram a militar no movimento feminista e não aceitando uma visão tradicional de política, procuravam introduzir em seus discursos, artigos para jornais e panfletos de entidades a subjetividade de suas lutas.

³ Judith P. Burtler. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 1ª. edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 17.

⁴ Joan Scott. História das Mulheres. In Peter Burke (org.). *A escrita da História – Novas perspectivas*, 1ª. edição. São Paulo: UNESP, 1992, p.82.

⁵ Sérgio Luiz Pereira da Silva. *Sociedade da diferença – formações identitárias, esfera pública e democracia na sociedade global*. 1ª. edição. Rio de Janeiro: Mauad Editora/FAPERJ, 2009, p. 32.



Como a maioria das militantes feministas tinham algum vínculo com as organizações da esquerda, elas procuravam articular a luta feminista com a luta mais geral pelas liberdades democráticas que se desenrolava no país, fato que gerava uma série de contradições e disputas. Buscavam construir uma posição política que atentasse para as especificidades da condição feminina calcada na subjetividade, na transformação das relações pessoais, afetivas, sexuais e que também estivesse articulada à luta contra a ditadura e pela instauração do socialismo. Reuniam-se em torno do Centro da Mulher Brasileira (CMB-RJ), criado em 1975 e em torno de jornais como *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres* e *Mulherio* que haviam sido lançados respectivamente em 1975, 1976 e 1980.

MR8 e o movimento de Mulheres

O MR8 mantendo uma lógica marxista-leninista procurava articular a luta específica do movimento das mulheres com a luta geral e de todos os trabalhadores contra o regime militar e por uma sociedade socialista. A organização observava as potencialidades do movimento feminino como mais uma frente da luta geral da mulher trabalhadora. A partir da constatação de que o movimento feminista, até o início dos anos 1980, ainda era patrimônio de pequenos grupos de mulheres intelectuais da classe média, canalizou, então, suas forças para a organização das mulheres das classes populares.

As mulheres que pertenciam ao MR8, em sua militância e na construção de suas identidades políticas, classificavam as suas atividades como pertencentes ao “Movimento de Mulheres” e não ao “Movimento Feminino”. Encaravam sua luta, sobretudo, como força auxiliar da luta geral contra o regime e definiam o feminismo como sendo uma forma específica de a mulher lutar dentro da luta conjunta.

Em 1981 o Movimento Revolucionário 8 de outubro publicou o documento *Resoluções sobre o trabalho entre as mulheres*, no qual procurava teorizar, sistematizar e dar direção ao trabalho de sua militância no movimento de mulheres:

[...] achamos um dever democrático trazer ao público este documento do principal partido marxista-leninista, ainda na clandestinidade, de nosso país – o MR8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro). O documento estabelece as posições deste Partido sobre o papel da mulher na luta pela democracia, pela paz e pelo socialismo, definindo o caminho para estas lutas ganharem um caráter de movimento de massas incorporando assim, definitivamente, a mulher como sujeito da sua própria libertação do jugo e da exploração secular a que tem sido submetida.⁶

⁶ MR8. *Resoluções do ativo sobre o trabalho entre as mulheres*. *A Mulher e a Revolução Brasileira*. 1ª. edição. São Paulo: Editora Quilombo, 1981, p. 3.



A organização MR8 propunha-se a organizar o que chamava de “amplo e vigoroso movimento de massas de mulheres centrado na trabalhadora e nos seus interesses”, organizado através de entidades de massas com o objetivo de “defender os direitos e fazer avançar a consciência do proletariado feminino”⁷.

O MR8 dirigia sua militância feminina no sentido de que o feminino deveria ser contextualizado e relacionado, sobretudo, à questão de classe. Considerava importante atentar-se prioritariamente para a dupla opressão da mulher trabalhadora que ocorre na sociedade capitalista e por isso passou a contestar as associações e grupos femininos que se formaram com o objetivo de debater teoricamente a questão da mulher. Para o MR8 essas instâncias não cumpriam o papel necessário para a verdadeira emancipação das mulheres. Tinham um caráter estreito, uma composição social isolada das massas trabalhadoras e portanto eram incapazes de canalizar os anseios das amplas massas femininas. Limitavam-se a denunciar e propagandear mas não tinham capacidade para mobilizar amplamente as mulheres trabalhadoras.

Diante dessas constatações, o MR8 dirigiu suas atenções para as entidades que se reorganizavam nos movimentos sociais – os sindicatos, as associações de moradores, os clubes de mães, associações de donas de casas e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Segundo a organização, essas entidades possuíam laços estreitos com a massa de mulheres trabalhadoras que a elas recorriam por sofrerem, em comum com os homens, a opressão e dominação capitalista. Por isso, o MR8 considerava que os principais instrumentos de organização das mulheres deviam ser as entidades que vinham impulsionando a luta comum. Passou então a orientar suas militantes e quadros de base no sentido da criação de departamentos femininos dessas entidades para organizar a luta e as reivindicações específicas das mulheres.

As mulheres do MR8 iniciaram um vigoroso processo de chamadas das mulheres das classes populares para a participação política em várias frentes dos movimentos sociais. Foram organizadas campanhas de sindicalização das mulheres, estimulando-as à luta sindical, nos bairros, nas associações de moradores e de favelas do Rio de Janeiro, São Paulo, cidades do nordeste e do sul do país a organização estimulava a mobilização das mulheres tanto para a defesa dos seus interesses mais imediatos nos seus locais de moradia como na consciência da opressão a que estava duplamente submetida a mulher em função do seu sexo.

⁷ MR8. *Resoluções do ativo sobre o trabalho entre as mulheres. A Mulher e a Revolução Brasileira*. 1ª. edição. São Paulo: Editora Quilombo, 1981. p.5



O objetivo da organização MR8 era obter, com o avanço da luta da massa de mulheres, o fortalecimento de suas organizações e a abertura de um caminho para a reconstrução da Federação de Mulheres do Brasil⁸. Uma entidade que, naquele contexto de 1980, se somaria à ampla Frente Popular, nacional e democrática proposta pelo MR8 para a superação da ditadura militar, para a conquista de liberdades democráticas e para acumular forças para construção de uma sociedade socialista.

O Movimento Revolucionário 8 de Outubro tinha como objetivo organizar o movimento de mulheres dos anos 1980, em moldes semelhantes ao trilhado pela Federação de Mulheres do Brasil. Nesse sentido através da eleição de delegadas nas entidades dos movimentos sociais conseguiu organizar o III Congresso de Mulheres Paulistas, em 1981 e no ano seguinte reabrir a Federação de Mulheres Paulistas. Após a realização de uma intensa luta interna e conflitos com feministas reunidas no Centro da Mulher Brasileira do Rio de Janeiro as militantes do MR8 obtendo maioria de delegadas no 3º Encontro de Mulheres Fluminenses de 1983, criaram a Federação de Mulheres Fluminenses. Dando continuidade a esse processo, ao longo de toda a década de 1980, as militantes do MR8 trabalharam ativamente para a criação de Federação de Mulheres na maioria dos estados brasileiros.⁹

A fala de Rosanita Campos, dirigente do MR8 que se tornou a primeira presidente da Confederação das Mulheres do Brasil¹⁰ e que, atualmente, preside a Federação de Mulheres Paulistas sintetiza a proposta política e as táticas do MR8 para a questão das mulheres.

O MR8 percebeu que era importante para aumentar o leque da luta antiditatorial trazer a questão das mulheres trabalhadoras para o centro do movimento. Era necessário acabar com o academicismo. O MR8 resolveu organizar a luta das mulheres. Organizar o movimento de massas de mulheres. Reconstruir a Federação de Mulheres Paulistas, organizar departamentos femininos das entidades, tirar delegadas entre as mulheres trabalhadoras, nos sindicatos. As feministas, na época, tinham uma outra proposta de organização. Nós víamos as mesmas questões que as feministas viam, só que nós víamos no concreto. As discussões afloravam e eram

⁸ A Federação de Mulheres do Brasil foi uma entidade criada em 1949 que paralisou suas atividades em 1965, após suas lideranças sofrerem perseguições por parte dos organismos da ditadura. Sua criação vinha sendo cogitada desde 1947, quando após o término da Segunda Guerra, dirigentes de várias associações femininas brasileiras e mulheres não filiadas a nenhuma associação decidiram organizar uma mesa-redonda, cujos debates se desenvolveram por três dias. Deles participaram mulheres pertencentes às camadas médias da sociedade e também mulheres moradoras das favelas. Essas últimas trouxeram para as discussões suas sofridas experiências de vida. A necessidade de equiparação social dos sexos e da quebra dos preconceitos com relação à mulher constituía apenas um dos numerosos problemas de que se ocupou a mesa-redonda. A FMB teve uma vida bastante ativa, fundou filiais em todos os estados do Brasil, vinculava-se com os departamentos femininos de muitos sindicatos e colaborava com as organizações congêneres de outros países.

⁹ Foram criadas Federações de Mulheres, a partir de uma intensa atuação política das militantes do MR8 nos estados Minas Gerais, Paraíba, Ceará, Rio Grande do Sul, Paraná, Pará, Mato Grosso, Santa Catarina, Maranhão, Goiás, Rondônia, Pernambuco, Rio Grande do Norte e na cidade de Brasília.

¹⁰ A Confederação de Mulheres do Brasil foi criada em 1988, como sucedânea da Federação de Mulheres do Brasil que, antes do encerramento de suas atividades em 1965, possuía cunho nacional. Como as mulheres dos vários estados brasileiros reuniam-se, nos anos 1980, em federações, a entidade que passava a reunir essas federações passou a designar-se uma confederação.



acaloradas mas, nós do MR8 tivemos o pioneirismo neste aspecto de trabalhar o movimento de mulheres das classes populares.¹¹

A partir das memórias construídas relativas à participação das militantes do MR8 no movimento de mulheres podemos observar que a organização dirigiu sua militância no sentido de buscar soluções práticas para a especificidade do movimento feminista brasileiro. Movimento que se dava num cenário de luta antiditatorial diferentemente do contexto europeu ou norte americano nos quais existiam as liberdades democráticas e onde as mulheres podiam lutar exclusivamente pelas questões de mulher.

Bibliografia

ALVAREZ, Sonia E. Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia. In STEPAN, Alfred (org.). *Democratizando o Brasil*. 1ª. edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada. As novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. 1ª. edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. 3ª. edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BURLER, Judith P. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MR8. *Resoluções do ativo sobre o trabalho entre as mulheres. A Mulher e a Revolução Brasileira*. 1ª. edição. São Paulo: Editora Quilombo, 1981.

SAFFIOT, Heleieth Iara Bongiovani. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. 1ª. edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1976.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In Peter Burke (org.). *A escrita da História – Novas perspectivas*, 1ª. edição. São Paulo: UNESP, 1992.

SILVA, Sérgio Luiz Pereira da. *Sociedade da diferença – formações identitárias, esfera pública e democracia na sociedade global*. 1ª. edição. Rio de Janeiro: Mauad Editora/FAPERJ, 2009.

SOIHET, Rachel; ESTEVES, Flávia Cópio. O Centro da Mulher Brasileira (CMB-RJ) e suas experiências nos anos 1970 e 1980. In FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel.(org). *As esquerdas no Brasil. Revolução e democracia (1964-...)*. Volume 3. 1ª. edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

¹¹ Entrevista concedida em 22 de junho de 2010.